

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Instituto da Segurança Social, I. P.

Aviso n.º 9996/2019

Procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, com vista ao preenchimento de postos de trabalho na categoria e carreira de técnico superior, no mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social, I. P. Referência DRH/TS/21/2018.

Lista unitária de ordenação final

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, torna-se pública a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, com vista ao preenchimento de postos de trabalho na categoria e carreira de técnico superior a afetar aos Serviços Centrais, aberto através do Aviso n.º 10438/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 148, de 02 de agosto de 2018, com a Referência DRH/TS/21/2018:

Posição	Nome do candidato	Classificação final
1	Manuel Couto Arantes Ferreira	17,86
2	Mónica Filipa Silva dos Reis	16,96
3	Elsa Maria Ferreira Venda	16,88
4	Natália Cristina da Silva Machado Lima	16,84
5	Ana Sofia Rebelo Machado	16,46
6	Carla Patrícia Correia da Silva	16,42
7	Maria Júlia Fernandes da Silva	16,26 (a)
8	Daniela Marisa Machado Costa Silva	16,26 (a)
9	Maria de Lurdes Gomes Alves Sampaio Lino	16,22
10	Elisane Cavalcanti Ferreira Ramos	15,68
11	Denis António Magalhães do Rio	14,12
12	Delfim Nelson Garrido	11,82

(a) Ordenado em função da antiguidade em funções públicas, ao abrigo do disposto no ponto 3.2 da Ata n.º 1 do presente procedimento concursal.

A presente lista foi homologada por despacho de 22 de maio de 2019, tendo sido publicitada na página eletrónica do Instituto.

23-05-2019. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Rui Fiolhais*.
312335299

Aviso n.º 9997/2019

Por meu despacho de 2 de abril de 2019, e após procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento, aberto através do Aviso n.º 5704/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 27 de abril, referência DRH/TS/14/2018, foi autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com os trabalhadores abaixo identificados, na categoria e carreira de técnico superior e nas posições remuneratórias infra mencionadas, para ocupação de postos de trabalho no Centro Distrital de Setúbal, do mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social, I. P., com efeitos às datas constantes no quadro infra, ficando os mesmos sujeitos, a partir da mesma data, à realização de período experimental, conforme alínea c) do artigo 49.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho:

Nome	Posição remuneratória	Início de funções
Fernando Jorge Polido da Silva	2.ª-3.ª	22-04-2019
Dina Teresa Barbosa Palma	2.ª	01-06-2019
Paula Viegas Rosa	4.ª-5.ª	08-04-2019
Andreia Cristina Santos de Sousa Coelho	2.ª	08-04-2019
Natércia Paula Lima	2.ª	01-05-2019
Maria Eduarda Andrade Ramires	2.ª	10-04-2019

28-05-2019. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Rui Fiolhais*.
312340328

SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

Aviso n.º 9998/2019

Por deliberação do Conselho Diretivo de 15 de maio de 2019 e nos termos dos artigos 48.º, 49.º e 50.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugados com a cláusula 20.ª do ACT n.º 2/2009, torna-se público que Nádia Garcia Batista concluiu com sucesso o período experimental, na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o desempenho de funções de Assistente da carreira especial médica — área de Medicina Geral e Familiar, posição remuneratória 1.ª, nível remuneratório 45.º, em lugar do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., ACES Cova da Beira, reportando-se o seu início a 01 de outubro de 2018.

20 de maio de 2019. — A Presidente do Conselho Diretivo da ARSC, I. P., *Rosa Maria dos Reis Marques Furtado de Oliveira*.
312326697

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 5591/2019

Nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na atual redação, e do n.º 6 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2019, de 14 de janeiro, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 9, de 14 de janeiro de 2019, subdelego no Conselho Diretivo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.), com a faculdade de subdelegação, a competência para a prática de todos os atos a realizar no âmbito da mencionada resolução, designadamente a autorização para abertura dos procedimentos pré-contratuais e para a prática dos atos subsequentes à abertura dos procedimentos pré-contratuais até à outorga dos contratos, assim como os necessários à sua execução.

O presente despacho produz efeitos desde 22 de maio de 2019.

24 de maio de 2019. — O Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, *Luis Manuel Capoulas Santos*.

312330957

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Despacho n.º 5592/2019

Nos termos do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15-01, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30-08, 64-A/2008, de 31-12, 3-B/2010, de 28-04, 64/2011, de 22-12, 68/2013, de 29-08 e 128/2015, de 03-09, que prevê o exercício de cargos dirigentes em regime de substituição, em caso de vacatura do lugar, designo para exercer esse cargo de direção intermédia de 2.º grau, como Chefe de Divisão de Infraestruturas Hidráulicas, a doutorada Cláudia Cristina Leal Brandão Pereira Pinheiro.

A designada possui os requisitos legais exigidos, a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação profissional adequadas para o exercício do cargo e para prosseguir as atribuições e objetivos do serviço, evidenciados na nota curricular anexa ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

A presente nomeação produz efeitos a 21 de maio de 2019.

20 de maio de 2019. — O Diretor-Geral, *Gonçalo de Freitas Leal*.

Nota Curricular

Nome: Cláudia Cristina Leal Brandão Pereira Pinheiro
Habilitações Literárias:

Doutorada em Engenharia do Ambiente, pelo Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa (2018).

Mestre pré-Bolonha em Hidráulica e Recursos Hídricos, pelo Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa (1996), com média final de muito bom (5).

Licenciatura pré-Bolonha em Engenharia Agrícola, ramo científico-tecnológico, pela Universidade de Évora (1992), com a média final de 14 valores.

Formação Específica:

“Gestão de Projetos”, Lisboa, 19 a 21, 26 e 27 de outubro de 2015.
 “Seminário Políticas Públicas e Dilemas da Gestão Estratégica Territorial”, 28 e 29 de setembro de 2011.
 “Curso Seminário Inglês para Reuniões e Negociações”, Oeiras, 26 a 27 de março de 2007.
 “Curso Alterações Introduzidas no regime do Tribunal de Contas — Lei n.º 48/2006”, Oeiras, 19 de janeiro de 2007.
 “Seminário de Alta Direção”, Oeiras, entre 12 e 16 de dezembro de 2005.
 “Curso sobre Novo Modelo de Avaliação do Desempenho dos Funcionários Públicos”, Oeiras, 30 de abril de 2004.

Experiência e Atividade Profissional:

Desde 2 de janeiro 2017: Técnica Superior na Divisão de Infraestruturas Hidráulicas da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR).

De 2013 a 2016: Chefe de Divisão do Estado das Disponibilidades Hídricas, da Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

De 2002 a 2012 — Chefe de Divisão de Recursos Superficiais, do Instituto da Água (INAG).

De 1994 a 2002: Técnica Superior com funções de avaliação e elaboração de estudos hidrológicos e hidráulicos de infraestruturas hidráulicas, como barragens, passagens hidráulicas ou diques; responsável para caracterização da excecionalidade dos fenómenos hidrológicos extremos em Portugal (secas e cheias).

De 2002 a 2016 — corresponsável pelo desenvolvimento do SNIRH (Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos) e seus subsistemas e SVARH (Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos).

Atividade docente e de formadora:

Docente das disciplinas de Hidráulica Aplicada I e Hidráulica Geral, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, inserida no terceiro ano da licenciatura de Engenharia do Ambiente — pré-Bolonha (1998/99 a 2005/06).

Docente do “Curso de Projeto, Construção e Exploração de Pequenas Barragens”, promovido pelo LNEC, FUNDEC (associada ao Instituto Superior Técnico) e certificado pela Ordem dos Engenheiros (2011 e 2012).

Atividade de orientação científica:

Corresponsável pela pós-graduação da Prof.ª Dr.ª Marília Cândida de Oliveira, docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia — Triângulo Mineiro; Campus Uberlândia, Mato Grosso, Brasil (2010).

Coorientadora da dissertação para obtenção de grau de Mestre “Análise e comparação de diversos métodos hidrométricos” (ISA, Universidade Técnica de Lisboa, 2011).

Orientadora ou coorientadora de seis estágios de licenciaturas pré-Bolonha, na área da Engenharia do Ambiente e dos Recursos Naturais.

Atividade de coordenação e representação:

Corresponsável pelas negociações, realizadas no âmbito da proposta da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu, e pela implementação da diretiva comunitária sobre “Avaliação e Gestão do Risco de Inundações” com elaboração de vários documentos técnicos e participação em diversas reuniões da União Europeia no âmbito do Flood Working Group.

Secretária técnica da Comissão de Gestão de Albufeiras (até 2015). Elemento da delegação portuguesa em diversas reuniões plenárias da Comissão de Aplicação e Desenvolvimento da Convenção de Albufeira (CADC).

Representante da APA na Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional — REN (desde 2012 a 2015).

Representante na Comissão Nacional de Coordenação do Combate à Desertificação — CNCCD (desde 2012 a 2016).

Publicações:

Autora ou coautora 48 artigos científicos.

Coautora de dois livros intitulados “Pequenas Barragens de atorro. Projeto, Construção, Observação e Reabilitação” (2015) e “Monitorização da Recursos Hídricos no Limiar do Século XXI”.

312330779

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL E MAR

Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho n.º 5593/2019

1 — Nos termos do disposto nos artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo e de acordo com os poderes que me foram conferidos por delegação do Diretor Regional, no seu Despacho n.º 4286/2019, de 22 de março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 79, de 23 de abril, subdelego os poderes para a prática dos seguintes atos:

a) No Diretor de Serviços de Controlo, Francisco José Agostinho da Silva dos Santos:

- i) Nomear gestor nos processos de Licenciamento da Atividade Pecuária e do Licenciamento Industrial;
- ii) Emitir decisão final e proceder à assinatura dos títulos de Classe 2 e 3 no âmbito do Licenciamento da Atividade Pecuária;
- iii) Emitir decisão final e proceder à assinatura dos títulos de Tipo 2 e 3 no âmbito do Licenciamento Industrial;

b) Na Diretora de Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar e Rural, Ana Maria Gonçalves de Oliveira Rodrigues Faustino Arsénio:

- i) Decidir em matérias de gestão do potencial vitícola regional;
- ii) Autorizar o arranque e corte raso de oliveiras;
- iii) Decidir os processos no âmbito dos controlos da produção agrícola e agroindústrias;
- iv) Autorizar a emissão própria de passaporte fitossanitário;
- v) Atribuir número de operador hortofrutícola;
- vi) Autorizar pontos de controlo e postos de inspeção fitossanitária;
- vii) Mandar aplicar medidas fitossanitárias e emitir notificações;
- viii) Decidir sobre os pareceres, relatórios ou declarações emitidas no âmbito dos Regimes Jurídicos da Estruturação Fundiária e dos Instrumentos de Gestão Territorial;
- ix) Decidir sobre pareceres emitidos sobre pedidos de aplicação aérea de produtos fitofarmacêuticos.

c) Delegado Regional do Ribatejo, Luís Filipe Ferreira de Sousa, a competência para mandar aplicar medidas fitossanitárias e emitir notificações;

d) Delego no Delegado Regional da Península de Setúbal, Manuel Jorge de Sousa Botelho Meireles, a competência para:

- i) Atribuir número de operador hortofrutícola;
- ii) Mandar aplicar medidas fitossanitárias e emitir notificações.

e) Delego no Delegado Regional do Oeste, João Paulo Rodrigues Brito Monteiro, a competência para:

- i) Decidir sobre os processos de controlo das retiradas de hortofrutícolas no âmbito do mecanismo da regulação de mercados/gestão de crises;
- ii) Mandar aplicar medidas fitossanitárias e emitir notificações.

2 — Ao abrigo do disposto no artigo 42.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, designo para me substituir nas minhas ausências, faltas ou impedimentos:

i) O Diretor de Serviços de Controlo, Dr. Francisco José Agostinho da Silva dos Santos, nas matérias que me foram delegadas, quanto às atribuições da Direção de Serviços de Controlo.

ii) A Diretora de Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar e Rural, Ana Maria Gonçalves de Oliveira Rodrigues Faustino Arsénio, nas matérias que me foram delegadas, quanto às atribuições da Direção de Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar e Rural.

iii) A Diretora de Serviços de Administração, Dália da Conceição Gralha Ribeiro, nas matérias que me foram delegadas, quanto às atribuições da Direção de Serviços de Administração.

3 — Os poderes objeto da presente delegação e subdelegação podem ser subdelegados, dentro dos condicionalismos legais.

4 — O presente despacho produz efeitos desde 3 de dezembro de 2018, ficando ratificados todos os atos praticados desde aquela data, no âmbito dos poderes ora subdelegados.

23 de maio de 2019. — O Diretor Regional Adjunto, *Jorge Capitão*.
312331167